

08.07.99.



CIDADE HISTÓRICA
RIO GRANDE
PATRIMÔNIO
DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM/199

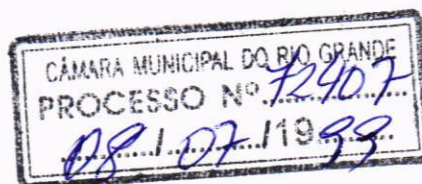
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

Rio Grande, 08 de julho de 1999.

Senhor Presidente,



Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, para apreciação e aprovação, o incluso Projeto de Lei nº 028/99 que **“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR 55 (CINQUENTA E CINCO) AGENTES MUNICIPAIS PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO AEDES AEGYPTI”**.

Sem mais para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V.Exa. e Nobres Pares, nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração

Respeitosamente.


WILSON MATTOS BRANCO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Ver. Adinelson Troca
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 028, de 08 de julho de 1999.

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONTRATAR 55 (CINQUENTA E CINCO)
AGENTES MUNICIPAIS PARA
ATENDIMENTO AO CONVÊNIO AEDES
AEGYPTI.**

Artigo 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a contratar 55 (cinquenta e cinco) Agentes Municipais, por tempo determinado, para atender o Convênio Aedes Aegypti.

Artigo 2º - Os contratos serão por tempo determinado por 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da publicação da presente Lei, dispensado o concurso na forma da Constituição Federal.

Artigo 3º - As contratações e rescisões serão executadas pela Administração Direta e será pago um salário mínimo mais 20% (vinte por cento) de insalubridade.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta do Convênio Aedes Aegypti na seguinte dotação orçamentária:

01 – Fundo Municipal da Saúde

01 – Fundo Municipal da Saúde

Atividade 2.624 – Manutenção do Convênio Aedes Aegypti

3.1.3.1 – Remuneração de Serviços Pessoais

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Grande, 08 de julho de 1999.


WILSON MATTOS BRANCO
Prefeito Municipal

Cc: SMF/SMCP/UPE/SMA/SMS/CM/PJ/Publicação



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

PARECER

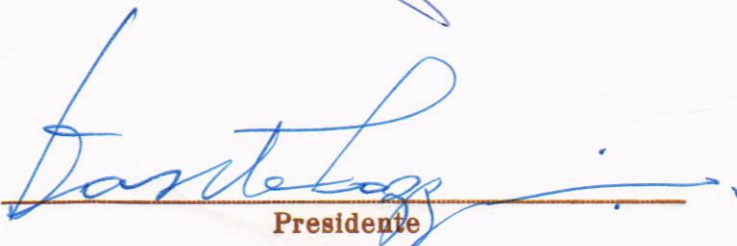
PROCESSO Nº

72.407

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

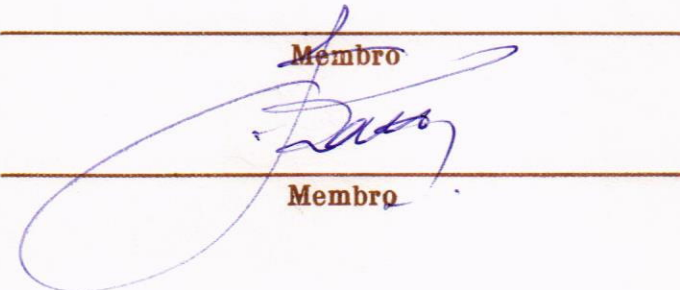
Sala das Comissões, 26 de agosto de 1999


Presidente

Vice-Presidente


Secretário

Membro


Membro